

Gerardo Magela



Renan Calheiros, na presidência da sessão do Congresso, atendeu pedido do deputado Inocêncio Oliveira (C) e parlamentares terão mais uma semana de prazo para examinar projeto sugerido por comissão mista

## Sociedade fiscaliza o Orçamento

Quarenta entidades da sociedade civil pedem à Comissão Mista de Orçamento senhas de acesso para acompanhar gastos dos recursos federais. Congresso adia votação de projeto que muda as regras de tramitação da proposta orçamentária. **Página 3**

### Efraim destaca delegação do PT a Delúbio



Ao lado de Efraim e Garibaldi Alves, Delúbio (E) fala à CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, ressaltou a importância da afirmação de Delúbio Soares de que os dirigentes petistas haviam dado ao então tesoureiro “delegação política” para fazer empréstimos destinados a pagar contas do PT e de partidos aliados. Em depoimento de mais de quatro horas, Delúbio confirmou que o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, pagou dívida do presidente Lula junto ao PT. Ele negou, contudo, que tenha sido articulador de esquema para que o PT arrecadasse R\$ 1 bilhão por meio de esquemas ilegais. Na reunião de ontem, a CPI rejeitou a convocação do publicitário Marcos Valério, mas aprovou a de Elza Buratti. **Páginas 4 e 5**

### Estudantes carentes poderão ter recursos da Poupança-Escola

A Comissão de Educação aprovou ontem, por unanimidade, projeto de Cristovam Buarque que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança-Escola.

A proposta destina-se a atender os estudantes mais pobres que estão atualmente enquadrados no Programa Bolsa Família. **Página 8**



Comissão de Educação acolheu também autorizações para emissoras de rádio

### Oposição tenta ouvir Daniel Dantas e Citigroup na CCJ

Em resposta a decisão da CPI dos Bingos de não convocar o banqueiro Daniel Dantas e repre-

sentantes do Citigroup, a oposição decidiu recolher assinaturas para ouvi-los na CCJ. **Página 4**



Antonio Carlos (ao lado de José Agripino) questiona pagamento de dívida de Lula

José Cruz

José Cruz

Jane Araújo

Relator da comissão que discute políticas de recuperação do mínimo anuncia que incluirá medida em seu parecer



Comissão Mista do Salário Mínimo realiza audiência pública em Porto Alegre

## Paim prevê reajuste igual para aposentado e trabalhador da ativa

O relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), prometeu na segunda-feira, durante audiência pública realizada em Porto Alegre, que apresentará parecer pela concessão de reajuste para aposentados e pensionistas igual ao dos trabalhadores ativos. Ele salientou que, se não houvesse desvio dos recursos da Seguridade Social, trabalhadores e aposentados brasileiros poderiam ter melhores salários.

Presente à audiência, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que os preceitos da Constituição devem ser assegurados, o que exige investimentos por parte do governo em benefício dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. De acordo com Valdir Raupp (PMDB-RO), os debates

promovidos pela comissão servirão de subsídio à discussão do Orçamento de 2007.

Segundo Heloísa Helena (PSOL-AL), é possível pagar um salário mínimo de R\$ 570 sem que haja quebra da Previdência. Já Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou a preocupação de que o piso nacional seja suficiente para que os brasileiros possam adquirir o essencial à sobrevivência.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado, Celso Woyciechowski, a recuperação do mínimo envolve políticas de distribuição de renda. O representante da Força Sindical, Luiz Carlos Barbosa, lembrou que, se fosse considerada determinação constitucional, o valor do salário mínimo seria de aproximadamente R\$ 1.400.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Medidas antiviolação aguardam desbloqueio da pauta de votações

A sessão de hoje será deliberativa e começa às 14h. A pauta continua trancada por medidas provisórias, como a MP 282/06, que libera R\$ 57,5 milhões para obras emergenciais na malha rodoviária federal, e a MP 283/06, que reestrutura carreiras da administração pública. O pacote de segurança analisado pela Comissão de Justiça (CCJ) só pode ser enviado à Câmara dos Deputados se a pauta for desbloqueada.

## Comissão de Justiça discute subsídio habitacional para policiais

Propostas para fortalecer a segurança pública serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30. Entre os itens em discussão está a criação de programa de subsídio habitacional para policiais militares e civis, além de propostas que obrigam a destinação de recursos para o setor e projeto que cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

## Teste de acuidade visual para aluno do ensino fundamental

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa seis projetos de lei que tramitam em conjunto, prevendo a identificação antecipada do nível de acuidade visual e auditiva em crianças. As propostas podem tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal e a adoção de audiometria e testes de acuidade visual em alunos do ensino fundamental. Na reunião, que começa às 9h30, os senadores examinam ainda 14 projetos de lei e emenda a projeto que prevê piso salarial mínimo aos técnicos de nível médio regularmente inscritos nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea).



## Debate com ministro da Secretaria de Direitos Humanos

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e o secretário nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Oswaldo Russo, participam de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O encontro começa às 10h30.

## Repactuação de dívidas rurais na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) continua a discutir cooperativismo e dívidas rurais, em reunião marcada para as 11h. O primeiro dos seis itens da pauta é o projeto que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural (PLS 259/04). Foi editada pelo governo medida provisória sobre o tema. A repactuação das dívidas é a principal reivindicação dos produtores rurais.



## Operação Tapa-Buracos em análise

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30 para votar requerimento que pede o comparecimento do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele deverá discutir os indícios de irregularidades identificados na Operação Tapa-Buracos, realizada pelo governo federal nas estradas brasileiras.

## CPI dos Bingos vota requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos faz às 11h30 reunião administrativa para apreciação de requerimentos pendentes de votação. Os senadores que integram a CPI continuam a investigar as denúncias que envolvem relações do governo com o grupo Opportunity, irregularidades em prefeituras petistas e denúncias relativas a jogos de bingo.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Aelton Freitas e Garibaldi Alves Filho e pelas senadoras Iris de Araújo e Serys Slhessarenko

Senhas de acesso à execução do Orçamento foram distribuídas por comissão. Plenário adia votação das mudanças nas regras para análise do projeto orçamentário



Parlamentares votam projeto que faz alterações no Plano Plurianual 2004/2007

## Congresso define na terça como vai examinar o projeto orçamentário

A pedido do deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside as sessões do Congresso, concordou em adiar em uma semana a votação do projeto de resolução que faz mudanças no rito de tramitação do Orçamento federal. Inocêncio argumentou durante reunião do Congresso Nacional que foram feitas mais de 20 emendas nos últimos dias e os parlamentares precisam de tempo para seu exame.

Nova sessão do Congresso foi convocada por Renan Calheiros para as 19h de terça-feira. Antes, na manhã do mesmo dia, ele quer se reunir com os líderes partidários para tratar do assunto.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), admitiu em entrevista à imprensa que a proposta vem enfrentando resistência das bancadas parlamentares, principalmente a parte que determina redução à metade no número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento – de 84 para 40.

O projeto é um substitutivo a proposta de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR), apresentado no ano passado depois que uma comissão discutiu como aprimorar o processo orçamentário no Congresso.

Há três semanas, após a Operação Sanguessuga da Polícia

Federal, que prendeu mais de 40 pessoas envolvidas em fraudes com dinheiro do Orçamento, os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, criaram grupo de seis parlamentares para tentar um acordo sobre o projeto de Ricardo Barros. Eles entregaram suas sugestões na semana passada e as lideranças partidárias concordaram com a votação nesta terça, o que acabou adiado.

### Transparência

O projeto torna o processo orçamentário no Congresso mais transparente. São proibidas emendas de bancada estadual redigidas de forma genérica. Passa a exigir que as emendas que beneficiam com dinheiro do orçamento entidades nos estados informem os nomes dos seus sócios, nomes dos diretores e endereço.

Na mesma sessão do Congresso, foi votado projeto que faz alterações no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007. Foram acrescentados ao PPA projetos novos, previstos no orçamento da União deste ano, entre eles o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional de Educação (Fundeb). As mudanças foram aprovadas em votação simbólica, depois de receber parecer favorável do relator, senador Sibá Machado (PT-AC).

# No primeiro dia, 40 pedidos para fiscalizar o Orçamento pelo Siafi

Quarenta entidades da sociedade civil pediram ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) senhas de acesso à execução do Orçamento federal, no primeiro dia de inscrições abertas pelo presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG). Algumas delas terão acesso ao Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

Os acessos serão propiciados por meio do Banco de Dados Siga Brasil, sistema alimentado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado e mantido pela página na

internet do Senado (<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp>). O Siga Brasil atualiza quase diariamente todo tipo de informação sobre a execução do Orçamento federal, inclusive com dados tirados do Siafi. O primeiro nível de informações pode ser obtido por qualquer pessoa que acessar o sistema pela internet, mas níveis mais elevados exigem as senhas. O Siga Brasil coloca ainda à disposição dados sobre as emendas dos parlamentares ao Orçamento e detalhamento da própria peça orçamentária.

A Comissão de Orçamento ain-

da realizou ontem audiência pública para discussão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias com organizações não-governamentais (ONGs), confederações e associações de servidores e representantes de assembleias estaduais. Elas fizeram dezenas de sugestões e protocolaram mais de 80 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as quais agora serão examinadas pelo relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), depois de assinadas por parlamentares. O prazo para a apresentação de emendas à LDO encerra-se hoje.

## Jucá quer impedir governo de segurar verba de obras

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu mudanças na legislação, pelo Congresso, para impedir o presidente da República de contingenciar (suspender) verbas destinadas aos investimentos. Para ele, esse seria um meio-termo entre o orçamento impositivo, de cumprimento obrigatório, e o atual modelo, que, além de apenas autorizativo, dá poderes ao presidente para promover grandes contingenciamentos assim que o Orçamento é votado pelo Congresso. O senador entende que não se deve proibir o governo de suspender gastos de custeio da máquina pública.

Integrante do grupo de deputados e senadores que vai continuar estudando mudanças na legislação orçamentária, Jucá manifestou ontem sua posição, ao falar na Comissão Mista de Orçamento a dezenas de representantes de



Em debate na Comissão de Orçamento, Jucá (E) sugere que Congresso mude legislação

entidades civis que participaram de um debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. Relator do projeto da LDO, Jucá manteve o calendário de discussão da lei, que deve ser votada até 10 de junho.

O grupo de parlamentares que

analisa alterações na legislação orçamentária vai se concentrar agora em propostas de mudanças de leis ordinárias e constitucionais, com a finalidade de tornar mais transparente a discussão, a votação e o cumprimento do Orçamento, já no Executivo.

## Simon insiste: PMDB deve ter candidato

Após encontro, ontem, com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que defendeu a candidatura própria do PMDB à Presidência da República e que saía magoado com a manutenção da “posição contrária inflexível” de Renan.

Renan disse ter explicado a Simon que, devido às circunstâncias de cada estado, à verticalização e à necessidade de



“É o que as bases querem, é o que a sociedade quer”, afirma Pedro Simon

proteger o partido, a convenção do último dia 13 decidiu que o PMDB não apresentaria candidatura própria, fato que, a essa altura, seria de difícil reversão.

Para Simon, as candidaturas do PT e do PSDB vão levar o país a uma situação de muito

desgaste e é importante que o PMDB tenha um candidato à Presidência da República.

– É o que as bases querem, é o que a sociedade quer. Poderia ser o Jarbas Vasconcelos, um nome que une todo o partido. Você não vê ninguém do PT ou do PSDB preocupado com um governador de estado a mais ou a menos. Eles estão preocupados com o que importa, que é a Presidência da República.

Simon lembrou ainda que, nos estados dos defensores do apoio à reeleição de Lula, o PMDB não tem candidatos, assim como em Alagoas, onde o partido apóia o candidato do PSDB.



Renan: Constituição não permite que o presidente seja responsabilizado

## Renan diz que CPI sobre Lula seria inconstitucional

O artigo 86, parágrafo 4º, da Constituição federal impede o presidente da República de ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções na vigência de seu mandato. Com esse argumento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que o presidente Lula não poderá ser objeto de investigação promovida por comissão parlamentar de inquérito.

Ele referia-se ao requerimento para o qual o senador Almeida Lima (PMDB-SE) recolheu assinaturas com o objetivo de ser instalada, no Senado, uma CPI destinada a investigar o pagamento, pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, de dívida de R\$ 29,4 mil que Lula teria com o PT. Renan lembrou que o ex-presidente Fernando Collor não chegou a ser alvo das investigações, mas, sim, Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor.

– Com relação ao pedido de CPI, não temos outra opção que não seja a de colocar a Constituição em prática – enfatizou.

Na mesma entrevista, Renan foi questionado sobre a constitucionalidade da criação da CPI das Sanguessugas – visando à investigação de possível envolvimento de parlamentares em fraudes de licitações para compra de ambulâncias com recursos do Orçamento da União.

– Ainda vou conversar com o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, mandar conferir as assinaturas, verificar se há fato determinado. Nós temos que verificar primeiro se essa CPI preenche os pressupostos constitucionais. Segundo, se os fatos estão sendo investigados na Polícia Federal e nas corregedorias das duas Casas, além da fixação da despesa. São medidas de praxe, mas ainda não há uma decisão com relação a isso – respondeu o presidente do Senado.

Oposição começa a colher assinaturas para levar banqueiro à Comissão de Justiça. Objetivo é saber sua versão sobre suposta tentativa de extorsão que teria sofrido

# CPI não convoca Daniel Dantas, que pode ser ouvido pela CCJ

A CPI dos Bingos rejeitou, ontem, a convocação do presidente do Banco Opportunity, Daniel Dantas, e a realização de novo depoimento do empresário Marcos Valério. Dos sete requerimentos submetidos à votação dos parlamentares, apenas dois foram aprovados pelo colegiado: o que convoca a ex-mulher de Rogério Buratti, Elza Buratti, e o que requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), Fábio Rolim. O instituto pode ter sido utilizado para o pagamento de propina a agentes públicos durante a renovação do contrato entre a multinacional GTech e a Caixa Econômica Federal.

As duas proposições acolhidas são de autoria do relator da comissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), também autor do requerimento que pedia a convocação de Valério. Já o requerimento para a convocação de Daniel Dantas foi apresentado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP)



Virgílio diz estranhar o recente encontro entre Thomaz Bastos e Dantas

e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os governistas defenderam a investigação das denúncias em outras instâncias do Congresso, mas não pela CPI, pois a matéria não estaria relacionada ao objeto da comissão.

A CPI dos Bingos rejeitou ainda as convocações do ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso e do secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, solicitadas, respectivamente, pelos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-

MT) e Romeu Tuma. A intenção dos parlamentares era ouvi-los sobre o episódio da violação do sigilo bancário do caseiro Franzenildo Santos Costa.

### Reação

Em resposta, a oposição decidiu recolher assinaturas para convocar Dantas e representantes do Citigroup a comparecerem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia foi formulada por Heráclito Fortes (PFL-PI) ao apartear discurso em que Arthur Virgílio questionava as razões do PT para rejeitar as convocações. Virgílio disse estranhar o encontro entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e Daniel Dantas. O vice-líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que, nesse encontro, Dantas negou que tivesse montado ou divulgado o dossiê sobre o ministro.

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai apoiar o requerimento de convocação de Dantas na CCJ, “já que a CPI dos Bingos não seria o foro adequado”.

## Ideli rechaça crítica de que PT não quer ouvir banqueiro

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, fez um apelo para que o banqueiro e empresário Daniel Dantas e os diretores do Citibank somente sejam ouvidos pela CPI dos Bingos após o julgamento no próximo dia 2 de junho, nos Estados Unidos, de processo de interesse do banqueiro. Conforme Ideli, o juiz vai julgar a “cláusula guarda-chuva”, prevista no contrato entre Dantas, do Banco Opportunity, e a operadora de telefonia Brasil Telecom, segundo a qual Dantas poderia permanecer na gestão da operadora por mais cinco anos, mesmo tendo sido destituído da função.

Para Ideli, trazer Dantas e a diretoria do Citibank antes desse prazo seria benéfico apenas aos interesses do próprio banqueiro.

A senadora criticou a oposição por buscar atribuir à bancada do PT interesse em evitar a vinda de Dantas para prestar depoimento à CPI dos Bingos. Ela alegou que o partido se esforçou para



Ideli lembra que PT pediu a inclusão de Dantas no relatório da CPI dos Correios

incluir o nome do banqueiro no relatório final do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) na CPI dos Correios. Só depois de o PT ter entrado com o recurso do voto em separado, segundo Ideli, o banqueiro teria sido incluído no relatório.

A líder do PT ressaltou que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar a veracidade das denúncias – apresentadas pela revista *Veja* – de que Dantas te-

ria afirmado que autoridades do governo, entre elas o presidente Lula, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), possuíam contas em paraísos fiscais. Além disso, Dantas teria dito que foi “achado pelo ‘PT’”, com a oferta de dinheiro para que não falasse mal do governo.

Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou o porquê de Dantas ter deixado de ser parceiro do PT e ter optado por levar adiante uma briga que lhe trará US\$ 2 milhões em vantagens, independentemente do resultado do processo; enquanto Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio a Ideli.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, frisou que o fato de desconfiar de Dantas não invalida a importância de suas declarações ao Senado. Para ele, é preciso esclarecer as dúvidas sobre se quem mente é Daniel Dantas ou o governo.



Tuma mostra carta em que banqueiro afirma que não participou de reportagem

## Tuma lê carta de Dantas que nega versão de *Veja*

Romeu Tuma (PFL-SP) leu ontem da tribuna carta de Daniel Dantas, empresário do Banco Opportunity, na qual ele nega a versão publicada pela revista *Veja* de que teria passado informações sobre a existência de contas no exterior em nome de políticos brasileiros, entre eles o senador paulista. Na carta, Dantas afirma: “Não sou responsável, não forneci informações nem tive participação na reportagem. Garanto-lhe que são inverídicas notícias que me atribuem iniciativa de ter solicitado, a quem quer que seja, investigações, no país ou no exterior, a respeito da vida privada e financeira de autoridades”.

Tuma lamentou ter sido rejeitado pela CPI dos Bingos requerimento de sua autoria a fim de convocar o banqueiro para explicar melhor o episódio. O parlamentar disse também que o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, assegurou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, embora tivesse confirmado ter encontrado com o empresário, conforme relatado na revista, em hipótese alguma, interferiria no inquérito já instaurado pela Polícia Federal.

– O requerimento foi meu, perdemos, mas a busca da verdade vai continuar – ressaltou Tuma.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) confirmou que o encontro entre Dantas e o ministro ocorreu em sua residência e que não era secreto. No entanto, observou não ter sabido de antemão sobre o que seus convidados conversariam.

O presidente da Comissão de Justiça (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que “o governo quer esconder alguma coisa”, ao derrubar a convocação do banqueiro na CPI. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizaram-se com Tuma.



Para Alvaro, restrições são necessárias para impedir "desmandos administrativos"

## Alvaro condena críticas de Lula à legislação eleitoral

Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou as declarações feitas pelo presidente da República na segunda-feira. Lula criticara a legislação eleitoral por restringir as liberações de recursos da União destinadas a estados e municípios. Ao discordar do presidente, o senador afirmou que "a legislação é necessária exatamente para impedir que governos irresponsáveis ou desorganizados comprometam o futuro da administração pública".

Alvaro, líder do Bloco da Minoria do Senado, que reúne PFL e PSDB, destacou ainda outra lei – a de Responsabilidade Fiscal – que, lembrou, "foi criada para impedir os desmandos administrativos, e cujo rigor na implementação, especialmente em ano eleitoral, é absolutamente imprescindível".

## Livro em braile sobre a língua portuguesa é lançado no Senado

A versão em braile do livro *Não Morda a Língua*, da professora Wilma Ramos, foi lançada ontem na Biblioteca do Senado Federal. A obra, homônima do programa que Wilma apresenta na TV Cidade de Aracaju, trata de dúvidas e dificuldades no entendimento da língua portuguesa, de forma descomplicada e divertida. A edição em braile de *Não Morda a Língua*, a primeira em linguagem tátil sobre o bom uso da língua portuguesa, é fruto de parceria entre a Fundação Dorina Nowill e o Banco do Estado de Sergipe.

A iniciativa do evento foi de Maria do Carmo Alves (PFL-SE), com apoio da Consultoria Legislativa. O ato contou também com a presença de Augusto Botelho (PDT-RR) e de deputados.

Estão disponíveis na Biblioteca do Senado 30 exemplares para doação. Pode-se também obter a obra gratuitamente com a autora, no e-mail [profwilma@hotmail.com](mailto:profwilma@hotmail.com), ou pelo fone (79) 88193330.

Efraim Morais, presidente da CPI dos Bingos, destaca importância de afirmação feita ontem por ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores

# Delúbio tinha "delegação política" para administrar finanças do PT

Em mais de quatro horas de depoimento ontem na CPI dos Bingos, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) Delúbio Soares afirmou que havia recebido "delegação política" de dirigentes petistas para assumir a "administração econômico-financeira do PT". Na interpretação do presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), esta afirmação foi a mais importante do depoimento.

– Acima de Delúbio no diretório do PT, só José Dirceu e Lula para tomar essa decisão. Então essa delegação política partiu daí. É claro que ele não citaria nunca esses nomes porque ele foi preparado para não falar nomes – resumiu Efraim.

Delúbio, que depôs sem assinar o termo de compromisso para falar a verdade, também afirmou ser dele a responsabilidade dos empréstimos feitos pelo partido, que somam mais de R\$ 55 milhões, e a autorização para que o empresário Marcos Valério, em uma relação de confiança, realizasse tais empréstimos.

Em resposta a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Delúbio



Delúbio (E), ao lado de Efraim, fala aos senadores da CPI dos Bingos

confirmou que Paulo Okamoto pagou dívidas do recém-eleito presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O depoente explicou que Lula havia nomeado Okamoto como procurador para resolver suas questões financeiras com o PT.

Em relação ao banqueiro Daniel Dantas, o depoente reafirmou várias vezes que nunca houve pedido de R\$ 40 milhões ao Opportunity, conforme denunciou Verônica Dantas (irmã do controlador do banco) à Corte dos Estados Unidos – onde o banqueiro responde a processo.

Quando chegou a vez de a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), questionar o depoente, ela disse não ter nada a perguntar a Delúbio sobre assuntos investigados pela CPI, ou seja, lavagem de dinheiro por casas de bingos

e a relação destas com o crime organizado. Flávio Arns (PT-PR) acompanhou a opinião da líder. Ao ser interrogado por Magno Malta (PL-ES), Delúbio frisou que o PT nunca recebeu recursos de casas de bingo.

Já ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), Delúbio disse que a prestação de contas do

PT ao Tribunal Superior Eleitoral era responsabilidade dele e de José Dirceu.

– Nunca discuti com Lula problemas de arrecadação de recursos para o partido – garantiu.

Indagado pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), sobre a grande movimentação financeira registrada no valerioduto, o ex-tesoureiro voltou a registrar que os recursos foram obtidos em vários empréstimos solicitados pelo PT junto a bancos e a Valério.

### Programação

O senador Efraim Morais informou que esta e a próxima semanas serão destinadas à tomada dos últimos depoimentos na CPI. Quanto ao relatório final, ele destacou que o documento deverá ser divulgado entre os dias 7 e 8 de junho.

## Para ACM, escândalos do governo Lula põem em risco a democracia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) alertou ontem o Senado para os riscos que os sucessivos escândalos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trazem para a democracia.

O parlamentar informou que está encaminhando requerimento de informações ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal indagando os critérios usados na distribuição dos R\$ 890 milhões aprovados pelo Congresso, sob a rubrica de créditos extraordinários, para o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social. Antonio Carlos disse ter pedido providências ao Tribunal de Contas da União e ao

Ministério Público Federal sobre o episódio.

– O que o governo faz agora, no Ministério das Cidades, com o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social é um acinte. Tudo aponta para um novo esquema de desvio de dinheiro público – afirmou.

Citando dados do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), o senador denunciou que os partidos da base do governo, mesmo administrando um número menor de prefeituras, ficaram com a maior parte dos recursos. Ele acrescentou que municípios de tamanho, população e índices de



Antonio Carlos quer informações sobre critérios para distribuição de verba federal

desenvolvimento completamente diferentes recebem montantes praticamente iguais.

ACM citou o caso da Bahia, onde municípios distintos como Salvador, Camaçari, Camamu, Valença e Itabuna receberam R\$ 9,75 milhões, cada um; Ilhéus ficou com R\$ 9,26 milhões; e Lauro de Freitas com R\$ 6,65 milhões, enquanto o governo do estado recebeu apenas R\$ 3,7 milhões.

## Senado pode votar medidas provisórias e desbloquear pauta

O Plenário do Senado deve votar hoje quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta da Casa, anunciou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. O Plenário deve examinar também indicações de autoridades, entre as quais da nova ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Estão na pauta 32 mensagens que tratam, entre outros assuntos, de indicações de embaixadores, de diretores de agências reguladoras e de diretores de órgãos como o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários. Entre as mensagens, estão indicações para as seguintes agências reguladoras: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Também há indicações para diretores do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

## Audiência discute medidas para manter Varig no ar até leilão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizou ontem audiência para definir medidas emergenciais para manter a Varig em operação até a realização de seu leilão, que deverá ocorrer dentro de 60 dias. Além de deputados e senadores, estiveram presentes à reunião representantes da Varig, de estatais e consultores.

Após a abertura pelo presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a sessão prosseguiu em caráter reservado, sob a coordenação de Paulo Paim (PT-RS) e de Jefferson Péres (PDT-AM).

Foi discutida a tomada pela Varig de um empréstimo de US\$ 50 milhões junto ao Banco do Brasil ou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os recursos serão destinados ao pagamento de dívidas para com empresas norte-americanas de leasing de aeronaves. Os participantes debateram a possibilidade de empresas públicas, como a Infraero, transformarem créditos contra a Varig em ações. Paim anunciou a apresentação de proposta autorizando a operação.



Fotos: Roosevelt Pinheiro  
Posição decorre da mudança do perfil econômico do estado, diz Flexa Ribeiro

## Flexa Ribeiro destaca liderança do Pará na produção industrial

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou ontem a liderança do estado do Pará no crescimento da produção industrial brasileira. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontando que o estado teve crescimento de 17,5% em março, se comparado a igual período do ano passado, e bastante superior à média brasileira, de 5,2%.

O senador atribuiu a posição de liderança do Pará na produção industrial à transformação do perfil econômico do estado nos últimos 12 anos, acelerada, disse, por profundas mudanças na base produtiva. Nesse período, frisou, o estado foi governado pelo PSDB. Ele acrescentou que a tendência de crescimento da produção industrial no Pará se mantém acelerada, uma vez que, nos três primeiros meses de 2006, houve expansão de 12,6%, mais do que o dobro do mesmo período de 2005.

## Paim quer unificar projetos que buscam solução de crise no RS

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a unificação de dois projetos de instituições públicas e entidades gaúchas da classe política e empresarial do comércio e da indústria, que visam à mobilização de lideranças regionais e da sociedade na busca de soluções para a crise econômica e um modelo de administração para os próximos governos do estado.

Conforme informou o senador, o primeiro projeto, "Pacto pelo Rio Grande", é assinado pela Assembleia Legislativa, câmaras municipais e demais representantes da classe política. O segundo, "Este é o Rio Grande que Queremos", da Federação das Indústrias, Federação da Agricultura e associações de comércio de bens e serviços, exorta as lideranças de todas as classes e a comunidade a debaterem uma "agenda estratégica compartilhada".

Senador sugere ao Congresso mudanças institucionais para introduzir regras que sejam proporcionais às necessidades e possibilidades dos entes federados

## Marco Maciel propõe sistema tributário mais equilibrado

O senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou ontem que, diante da crise que vive o país, cabe ao Congresso Nacional propor mudanças institucionais no sentido de introduzir um sistema fiscal e tributário mais equilibrado, compatível com as peculiaridades dos entes da Federação, proporcional às suas necessidades e possibilidades.

Para Maciel, toda e qualquer operação nesse sentido passa pela reforma do Estado. A complexidade da questão estaria no fato de que, sob o seu ponto de vista, jamais houve, no Brasil, um pacto federativo de fato. A Federação, explicou o senador, nasceu por decreto em 1889 e se consolidou na Constituição



Maciel: sistema deve ser compatível com peculiaridades de estados e municípios

de 1891, sem que houvesse, sequer, um debate sério sobre o assunto, o que não seria adequado numa nação que guarda tantas contradições, entre elas as econômicas.

— A organização federativa re-

publicana brasileira foi concebida, pautada e tem sido sustentada por uma discriminação de renda entre entes federativos, e disso resultou um sistema tributário simétrico num país assimétrico.

Esse desequilíbrio, prosseguiu o senador, não guarda simetria com a distribuição de encargos e atribuições entre União, estados e municípios, o que faz com que a Federação brasileira reproduza um modelo "concentrador e concentrado" de poder — uma deformação constitucional, segundo ele.

Maciel foi cumprimentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que disse ter considerado seu pronunciamento "muito oportuno no cenário de mudança de poder".

## César Borges pede análise de projetos sobre saneamento

César Borges (PFL-BA) fez ontem um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de negociar com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, a análise conjunta dos projetos sobre saneamento básico em tramitação nas duas Casas. Essa sugestão partiu, segundo informou, do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), relator de projeto de lei (PLC 5.296/05) de iniciativa do Poder Executivo que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico (PNS).

O senador disse que o projeto é "centralizador e autoritário", lembrando que a matéria já recebeu mais de 800 emendas na



Proposta do Executivo é "centralizadora e autoritária", considera César Borges

Câmara. Em contrapartida, César Borges defende projeto de lei do Senado (PLS 155/05), de autoria do senador licenciado Gerson Camata (PMDB-ES), que também estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Borges

relatou a matéria na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde já foi aprovada, e a considerou "mais simples" que a proposta do atual governo.

— O deputado Júlio Lopes não conseguiu avançar em seu trabalho diante dos equívocos do projeto do governo — afirmou César Borges.

Ao mesmo tempo em que pediu pressão na aprovação de um marco regulatório para o saneamento, o senador desqualificou os investimentos anunciados para o setor, até agora, pelo governo. Em relação aos R\$ 7,7 bilhões que teriam sido aplicados pelo governo Lula, o pefelista diz que não foram liberados.

## Suassuna cobra ações emergenciais para a Paraíba

Ao comentar o perfil divulgado na última semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre segurança alimentar no Brasil, segundo o qual a Paraíba ocupa a terceira pior posição no ranking nacional, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou ontem do governo federal a implantação de políticas sociais



Suassuna: IBGE registra que insegurança alimentar atinge 35% dos paraibanos

emergenciais a fim de amenizar a situação. Conforme o parlamentar, a pesquisa registrou que 35% da população de seu estado enfrentam insegurança alimentar, sendo que 17,8%

passam fome.

O líder do PMDB defendeu ações emergenciais para socorrer as pessoas em situação de insegurança alimentar, em especial na região Nordeste, por meio de programas como Bolsa Família, Bolsa Escola, Programa de Atenção à Pessoa Idosa, Programa de Atenção Integral à Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

— Recursos orçamentários para tanto existem — assegurou Suassuna, que foi apoiado pelo senador João Tenório (PSDB-AL).



Sul e Sudeste receberam 81% do que foi aplicado no país, segundo Luiz Pontes

## BNDES concentra investimentos, afirma Luiz Pontes

Luiz Pontes (PSDB-CE) criticou a concentração de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Sudeste e Sul. Segundo o senador, dos quase R\$ 47 bilhões aplicados no país pela instituição em 2005, cerca de 61% foram para os estados do Sudeste; 20% para projetos no Sul, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, somadas, receberam 19% (em todo o Nordeste, teriam sido investidos apenas R\$ 3,8 bilhões, ou 8%). Pontes protocolou requerimento solicitando ao banco explicações para esse desequilíbrio.



Papaléo adverte que empresa beneficiada pelo BNDES anunciou 5.400 demissões

## Papaléo critica empréstimo para a Volkswagen

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por ter emprestado R\$ 497 milhões à montadora alemã Volkswagen — que poucos dias depois anunciou um plano de reestruturação que inclui a demissão de cerca de 5.400 funcionários em dois anos, corte de benefícios trabalhistas e o fechamento de uma de suas unidades no Brasil. Para o senador, o BNDES e o governo não fazem bons investimentos.

Em seu pronunciamento, Papaléo Paes também anunciou a sua candidatura ao governo do Amapá.



Motta: ampliação de área de preservação prejudica o desenvolvimento do ES

## Motta acusa Ibama de prejudicar exploração de gás

João Batista Motta (PSDB-ES) acusou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de prejudicar a economia do estado do Espírito Santo ao criar a Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. A área de preservação ambiental, segundo o senador, era menor e foi ampliada, o que prejudica a exploração de gás natural no mar, a pesca e o desenvolvimento sustentável da região.

Motta criticou a arbitrariedade da decisão do Ibama, ressaltando que autoridades e representantes das sociedades regionais nem sequer foram ouvidos.



Antonio João protesta contra atuação de mineradora estrangeira em Mato Grosso

## Antonio João diz que jazidas de Corumbá estão ameaçadas

Ontem, em seu primeiro discurso em Plenário, Antonio João (PTB-MS) declarou que “está em curso, em nosso país, uma operação para que uma das maiores jazidas mundiais de minério de ferro granuloso seja usada para aumentar as vendas australianas de minério de ferro”.

O parlamentar referia-se às jazidas de Corumbá (MS), exploradas pela Rio Tinto – segundo ele, “a segunda maior mineradora do mundo, uma empresa poderosa de origem anglo-australiana”, que opera em Corumbá desde 1991 e pratica uma política de exploração puramente extrativista, voltada unicamente à exportação, sem beneficiamento.

Narciso Filho, aprovado pela CI para integrar a diretoria de agência, destaca a necessidade de mais pesquisa e parcerias para conquista da autonomia energética

# Indicado para a ANP defende auto-suficiência em energia

Antes da votação que aprovou seu nome, por unanimidade, para integrar a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o engenheiro mecânico Nelson Narciso Filho defendeu, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a necessidade de o país atingir rapidamente a auto-suficiência energética. Por “responsabilidade cívica”, segundo ele, o Brasil precisa reduzir a crescente dependência brasileira em relação ao gás natural importado, com o envolvimento de parceiros nacionais e internacionais nesse esforço estratégico.

– Um país com quase 200 milhões de habitantes e economia tão complexa não pode ficar submetido a alternativas fragilizadoras e ameaçadoras de nossa auto-suficiência – disse, ontem, durante a sabatina, referindo-se à decisão da Bolívia de nacionalizar as reservas de petróleo e de



Narciso Filho (E) em arguição na CI, ao lado de Heráclito Fortes e Haroldo Lima

gás natural, afetando as operações da Petrobras naquele país.

Narciso Filho – que ainda terá seu nome submetido à apreciação do Plenário – é pós-graduado em Administração Industrial e Engenharia Econômica, tem uma carreira de 29 anos no setor privado, em empresas com atividades operacionais e de fabricação e instalação de equipamentos no setor de exploração e produção de petróleo, e foi um dos diretores da estatal angolana do setor

petrolífero, a Halliburton Angola. A matéria foi relatada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) e apresentada na reunião por Roberto Saturnino (PT-RJ).

O indicado citou como boa iniciativa a decisão da ANP de estimular no país um segmento de exploração centrado em pequenas e médias empresas, e também destacou como uma conquista do país o avanço na área dos biocombustíveis, para a qual ele pede mais estímulos.

## Agência quer investir por ano R\$ 200 mi em pesquisa

Ao acompanhar a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que aprovou a indicação de novo diretor para a ANP, o presidente da agência, Haroldo Lima, informou que foi finalizado recentemente plano que prevê investimentos anuais de R\$ 200 milhões em pesquisas de novas fontes energéticas, ao longo de dez anos.

Haroldo Lima lamentou que, em decorrência de dificuldades, o governo venha frequentemente determinando o contingencia-

mento de recursos orçamentários da ANP. Ele adiantou que agora vai procurar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para apresentar o plano decenal de investimentos, com a expectativa de que ao menos a previsão de investimentos anuais fique assegurada a partir de agora.

– Estamos desejosos de procurar Mantega para expor o plano e ter a garantia de que pelo menos os R\$ 200 milhões não sejam bloqueados. Não fazer pesquisa significa dar um tiro no pé. Sem

pesquisa, não se consegue fazer exploração e leilões com segurança – argumentou.

O presidente da ANP explicou que, por falta de medição precisa, até mesmo os lotes de áreas de extração são levados a leilão por valor abaixo do que seria possível. Isso porque, em razão da incerteza sobre o potencial das áreas, o órgão fica eventualmente impossibilitado de ampliar o valor do bônus cobrado às empresas participantes das licitações.

## Valadares critica dependência do gás boliviano

Ao criticar o excessivo peso do gás natural boliviano na estruturação da matriz energética brasileira, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a elaboração de um plano que permita ao Brasil atingir a auto-suficiência na produção de gás.

De acordo com o senador, a elevada dependência de gás de



Valadares propõe a elaboração de um plano para a auto-suficiência em gás

um único fornecedor – criada a partir de decisão tomada durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso – poderia ser revertida em um prazo de três anos com

o aproveitamento das reservas já descobertas no Espírito Santo e em Santos, e de outras que poderão ser descobertas na bacia de Campos e em Minas Gerais.

– A dependência tem que diminuir, a fonte de fornecimento tem que ser diversificada de tal forma que, se um fornecedor tem problemas internos, nós não sejamos lançados numa crise nacional ou internacional.

Valadares apontou ainda como alternativa ao gás natural o uso do H-bio, combustível, que mistura óleos vegetais e petróleo.



Para Ideli, ministro deixou claro que o Brasil não engoliu atitude de Evo Morales

## Ideli registra visita de Celso Amorim à Bolívia

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), registrou em Plenário a viagem do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Bolívia. Segundo ela, a visita resultou na retomada das negociações com o governo boliviano sobre a questão do gás.

De acordo com Ideli, Amorim deixou claro ao presidente da Bolívia, Evo Morales, que o Brasil “não engoliu” a maneira como foi feita a nacionalização da produção e exploração das reservas de gás naquele país.

– Nessas tratativas diplomáticas, o ministro, de forma clara e contundente, mostrou a posição do Brasil com relação à energia e ao gás em particular: posturas bravateiras não adiantam – disse.

Ideli destacou ainda afirmação do ministro de que questões técnicas e empresariais, como o reajuste do preço do gás, não seriam tratadas entre governos e que a Petrobras não sairia do país sem a devida indenização. A senadora salientou que, independentemente do rumo das negociações, o Conselho Nacional de Política Energética vem adotando medidas alternativas desde antes da crise com a Bolívia, como o recebimento de gás natural liquefeito de outros países.

### Apartes

Em aparte, Antonio João (PTB-MS) afirmou que o presidente Lula agiu certo ao optar pela negociação, pois, caso tivesse “endurecido”, a Bolívia faliria, entraria em guerra civil e a crise afetaria o restante da América Latina. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também felicitou Ideli e o governo por “atender à soberania do Brasil, sem ferir a soberania da Bolívia, e ter feito um acordo bom para as duas partes”.

Já César Borges (PFL-BA) disse que o Brasil precisa defender os interesses da soberania brasileira e não da boliviana. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) frisou que, se o governo tivesse tomado medidas acertadas há dois anos, não teria passado por “esse suplício” com a Bolívia.

Projeto de Cristovam Buarque que autoriza a criação de benefício e institui fundo para financiá-lo foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação

## Estudantes carentes podem ter recursos da Poupança-Escola

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança-Escola e o Fundo de Investimento na Educação Básica (Fieb), para financiar o programa.

A proposição (PLS 60/04), que recebeu decisão terminativa, destina-se a atender os estudantes mais pobres que estão atualmente enquadrados no Programa Bolsa Família. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que a maioria desses estudantes nem chega a concluir o ensino fundamental.

– Qualquer investimento financeiro e educativo nessas crianças, que se estima serem quase 10 milhões, realizado no momento de sua escolarização regular, é preferível às atuais alternativas de evasão, de subemprego precoce, de desvio para a criminalidade, de desemprego marginal – afirmou Azeredo.

As fontes do Fieb serão recursos de dotações orçamentárias específicas, rendimentos de apli-



Senadores que integram a CE também aprovaram regras para registro de circos

cações, depósitos particulares espontâneos, doações e outras receitas patrimoniais e financeiras, segundo o relator.

De acordo com a proposição, cada estudante beneficiado pelo programa terá uma poupança em seu nome, da qual poderá fazer três saques de forma gradativa durante o percurso escolar. O primeiro saque poderá ocorrer após a matrícula na quinta série do ensino fundamental; o segundo, na série inicial do ensino médio; e o terceiro, depois da conclusão

da educação básica.

A comissão acolheu também, em turno suplementar, substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) a projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR) que prevê o registro dos circos no Ministério da Cultura e medidas de proteção aos animais circenses. A proposta (PLS 397/03) recebeu decisão terminativa na CE. Foram aprovados ainda 20 projetos de decretos legislativos com autorização para o funcionamento de emissoras de rádio em vários municípios brasileiros.



Comissão de Assuntos Econômicos acolheu urgência para votação da matéria em Plenário

## Crédito para melhorar estradas em Mato Grosso do Sul é aprovado na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a contratação de operação de crédito externo para o governo de Mato Grosso do Sul, no valor de até US\$ 28 milhões, para financiar, parcialmente, o Programa de Melhoria da Infra-Estrutura Viária da Região Sul-Fronteira. A CAE acolheu pedido de urgência para a votação da matéria no Plenário.

De acordo com o relator da proposta, senador Aelton Freitas (PL-MG), o programa tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região da fronteira de Mato Grosso do Sul e sua integração com as demais regiões do estado e do país, por meio da melhoria das condições de acesso e circulação de veículos nessa área.

A operação de crédito externo deverá ser feita, com garantia da União, entre o governo do

estado e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). O custo total do programa, conforme informações da Secretaria do Tesouro Nacional, está estimado em US\$ 35 milhões, sendo que, além dos recursos previstos para serem contratados com o Fonplata, cerca de US\$ 7 milhões serão aportados como contrapartida do estado de Mato Grosso do Sul, previstos para serem desembolsados em quatro anos, juntamente com as parcelas do empréstimo.

Aelton informou, em seu parecer, que a operação de crédito já se encontra em condições financeiras devidamente credenciadas pelo Banco Central e que Mato Grosso do Sul dispõe de recursos suficientes para o ressarcimento à União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.



Sem perspectivas, jovens são seduzidos pelas organizações criminosas, diz Iris

## Para Iris de Araújo, desigualdade social leva à violência

A situação precária da segurança pública foi tema do discurso da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Ela atribuiu à desigualdade social e à crise de valores da sociedade as causas da violência crescente no país.

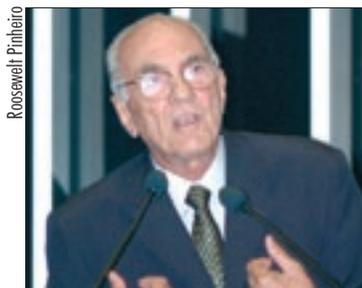
– O que nos deixa perplexos é a constatação de que a criminalidade arremonta mais e mais jovens que, sem perspectivas de vida, deixam-se seduzir pela oferta das organizações – lamentou.

## Presidente do Senado promete intensificar segurança da Casa

Indagado ontem sobre rumores de que o Congresso Nacional sofreu ameaças de bomba no último fim de semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que está tomando providências, inclusive comprando detectores de metais, para intensificar a segurança da Casa, “mas sem paranóia”.

– Nós não vamos dificultar o acesso. Na casa do povo não se pode dificultar o acesso a ninguém. Já temos 140 câmeras distribuídas em todo o prédio e vamos fazer o que for necessário para garantir a segurança da Casa e dos parlamentares – afirmou Renan.

Questionado por que o Senado ainda não tem detectores de metais, como a Câmara dos Deputados, ele disse que isso já está sendo providenciado pelo diretor-geral da Casa, Agaciel Maia.



Na opinião de Saturnino, a sociedade brasileira “é a mais injusta do mundo”

## Neoliberalismo gera exclusão e revolta, afirma Saturnino

Ao analisar os recentes episódios de violência em São Paulo, Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que a situação se agravou no país com a ampliação da disparidade de renda. Na sua opinião, isso é reflexo da adoção do modelo neoliberal na economia, o que acabou gerando “um exército de brasileiros excluídos e revoltados”.

– A nossa sociedade é a mais injusta do mundo e isso afeta os pobres – alertou.

## Audiência pública discutirá relações comerciais entre o Brasil e a China

As relações comerciais entre Brasil e China serão discutidas em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O debate, aprovado ontem por meio de requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), visa analisar políticas para fortalecimento e proteção do mercado nacional, em todos os setores, em face da recente adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC).

– Não é recente o fato de o relacionamento entre esses mercados oscilar, sob nossa ótica, entre prolífico, interessante e desejável, até desequilibrado e pernicioso à nossa economia – disse Simon, para quem a adesão da China à OMC justifica a discussão sobre ações e políticas para a regulação dessas relações comerciais.

### Pará

Também foi acolhido pela CAE requerimento de Ana Júlia

Carepa (PT-PA) para que a comissão solicite informações ao governo do Pará sobre o impacto econômico e social da declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de parte da Lei Estadual 6.489/02, que permite benefícios fiscais a empresas participantes da política de incentivos ao desenvolvimento do estado. A legislação tem por objetivo gerar empregos e promover o desenvolvimento do Pará. O tema, segundo a senadora, será abordado em audiência na CAE.

Ana Júlia quer saber, entre outros pontos, quantas empresas foram beneficiadas, qual o montante de recursos arrecadados e o número de empregos gerados em razão da renúncia fiscal relativa ao ICMS, concedida pelo governo às empresas. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que vai solicitar à Secretaria de Gestão do Pará que repasse as informações.